

DECOLONIZANDO O AUTISMO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: PROMOVENDO INCLUSÃO E RECONHECENDO O PROTAGONISMO AUTISTA

Giovanna Caroliny Oliveira Nicolau ¹
Marivete Gesser ²

RESUMO

Este estudo propõe uma decolonização do autismo, rompendo com discursos que o reduzem a uma patologia e que propõem intervenções focadas na normalização. Em contraste, adotamos uma perspectiva que o situa como uma deficiência produzida na interação com barreiras sociais. Argumentamos que o sistema capitalista perpetua a marginalização e opressão de pessoas autistas, pressionando-as à conformidade com moldes neurotípicos dominantes. Com foco no protagonismo autista, este trabalho busca problematizar o processo de colonização do autismo e advogar por sua decolonização. Priorizamos a autonomia de autistas na formulação de políticas e práticas relacionadas às suas experiências, rejeitando práticas terapêuticas conversivas e outras abordagens colonizadoras. A metodologia utilizada inclui a análise crítica da literatura existente e a reflexão sobre as interseções entre diferentes formas de opressão, inspirando-se nas lutas decoloniais nos âmbitos racial e de gênero. Os resultados apontam para a urgência de resistir à colonização do autismo e, em contrapartida, criar estruturas sociais que promovam a inclusão e o reconhecimento das pessoas autistas como agentes de mudança. Defendemos a neurodiversidade e a valorização de suas perspectivas. Destacamos a educação como um mecanismo crucial na promoção da decolonização do autismo. Isso se dá por meio do reconhecimento e inclusão da diversidade neurocognitiva e da reformulação de práticas pedagógicas, o que implica em ambientes educacionais mais acessíveis e inclusivos, baseados na justiça e equidade. Concluímos que a emancipação do autismo a partir de uma perspectiva decolonizadora é fundamental para a construção de uma sociedade plural e genuinamente inclusiva. A luta pela decolonização do autismo exige a desconstrução de preconceitos e a construção de uma sociedade que valorize a neurodiversidade.

Palavras-chave: Decolonização, Autismo, Neurodiversidade, Inclusão, Educação.

INTRODUÇÃO

Este estudo emerge como um posicionamento crítico diante do paradigma prevalente acerca do autismo, transpondo o debate para além dos limites do campo médico e psiquiátrico e inaugurando uma perspectiva sociocultural e educacional. Nessa

¹ Mestranda pelo Curso de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, g.nicolau@posgrad.ufsc.br

² Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, mariveteg@gmail.com

perspectiva, reconhecemos o autismo como uma deficiência e neurodivergência pautadas por uma identidade social.

Compreendemos "identidade" a partir da perspectiva de Silvia Lane, como a caracterização da pessoa em sua forma de se apresentar ao mundo, respondendo à pergunta "quem sou?" (Lane, 2006). A identidade se constrói a partir das relações sociais, especialmente entre pares. No caso da identidade autista, essa construção se dá pelo convívio com outros autistas, possibilitando o reconhecimento e identificação como parte desse grupo (Nicolau; Assis, 2022).

O sistema capitalista atual, reforçado pelo paradigma médico, contribui para a marginalização de autistas. Essa marginalização se dá pela pressão insidiosa para a conformidade com normas neurotípicas, violentando e dificultando a inserção social daqueles cujas identidades desafiam essas normas (Nicolau; Assis, 2023). Diante disso, este estudo visa elucidar a problemática da colonização do autismo e estimular a reflexão para sua decolonização ativa e intencional.

A decolonização, como um rompimento com a ideia monológica colonial-moderna (Ballestrin, 2013), assume um significado particular no contexto do autismo. Trata-se de desconstruir as formas de colonização social e da deficiência impostas pelos modelos biomédicos e médicos, como a farmacologia, a medicalização e as terapias de conversão (Nicolau; Assis, 2023).

Reconhecemos que o modelo médico fortalece o sistema capitalista ao posicionar pessoas com deficiência como incapazes por terem corpos que desviam do padrão normativo socialmente estabelecido (Gesser; Block, 2024, p. 47). Diante disso, destacamos a contribuição da educação básica como força catalisadora para a decolonização do autismo, pois a educação é base fundamental para a formação de indivíduos e reflexo de práticas sociais.

Acreditamos no poder das práticas educacionais inclusivas para o reconhecimento da diversidade neurocognitiva nas escolas e em outros ambientes de aprendizagem. Essas práticas são fundamentais para interromper os ciclos de opressão e apoiar pessoas autistas a serem protagonistas de suas próprias narrativas.

A educação básica, nesse sentido, torna-se um espaço de transformação, onde práticas colonizadoras podem ser confrontadas e substituídas por estratégias que valorizem a neurodiversidade e promovam a autonomia e a inclusão.

A colonização do autismo na educação

Este trabalho define práticas colonizadoras como aquelas que envolvem a exclusão, o extermínio e o apagamento de características de uma cultura (Nicolau; Assis, 2023a; Santos, 2015). No contexto do autismo, essas práticas se manifestam em ações que visam fazer o autista se adequar ao padrão neurotípico para conforto da sociedade. Exemplos disso são as práticas educacionais excludentes, como a exclusão de sala de aula ou da escola, a falta de acessibilidade, a culpabilização da deficiência e a cultura neoliberal que responsabiliza o indivíduo pela sua própria deficiência e pelos serviços que necessita para garantir sua participação social.

Essas práticas dificultam a compreensão da deficiência como uma desvantagem social imposta pelo sistema capitalista, neoliberal e capacitista (Diniz, 2007). A sociedade, em sua configuração atual, não acolhe as necessidades de pessoas com deficiência e neurodivergentes. Esses indivíduos enfrentam dificuldades para existir em espaços, relações e sistemas que não são pensados para atendê-los, o que pode gerar fadiga de acesso (Kittay, 2011; Konrad, 2021). Criado por Annika Conrad, o termo "fadiga de acesso" descreve o cansaço extremo que as pessoas com deficiência sentem ao enfrentarem, cotidianamente, barreiras e a necessidade de explicar suas experiências.

Os sistemas, além de imporem barreiras à participação social, perpetuam a colonização do autismo ao não incluírem a realidade autista na educação básica. Nesse sentido, a pedagogia da libertação proposta por Paulo Freire (1987) e bell hooks (2013) oferece um importante referencial. Essa pedagogia defende a visibilização da realidade e a trazemos para a compreensão do autismo como forma de promover o entendimento e a decolonização do mesmo. Afinal, o processo de decolonização exige o reconhecimento das estruturas, práticas, perspectivas e comunicações coloniais que permeiam a sociedade (Freire, 2015). Nesse sentido, a decolonização do autismo propõe que ele seja compreendido como uma forma de neurodivergência, e não, como um transtorno. Essa mudança de perspectiva, além de combater a patologização, valoriza as características e expressões autísticas.

A proposta de decolonização do autismo dialoga com o feminismo decolonial, teoria proposta pela feminista argentina María Lugones (2014). Segundo Curiel (2020), o feminismo decolonial se baseia em dois campos de conhecimento importantes: o feminismo negro (*black feminist*) e a teoria decolonial desenvolvida por pensadores latino-americanos e caribenhos, como Quijano, Nelson Maldonado Torres e Santiago Castro-Gómez. O feminismo decolonial critica a colonialidade do saber e do poder,

propondo uma revisão radical das teorias feministas eurocentradas. Rompendo com a tradicional divisão entre teoria e ativismo, busca construir conhecimento a partir de práticas políticas.

Dentro do escopo da colonialidade do saber e do poder, sinalizamos que estas se vinculam aos saberes médicos que dominam narrativas. Estas estruturas moldam como o entendimento sobre autismo perpassa o modelo médico e colonizador, posicionando-o como transtorno e dificultando sua decolonização. Entendemos que os saberes médicos advêm de relações de poder e que cerceiam narrativas autistas. Com isso, consideramos que a construção de práticas políticas precisa se vincular à pedagogia da libertação e ao feminismo decolonial.

Desta forma, propomos que seja realizada pautada em quatro princípios, segundo Nicolau (2023): 1) Reconhecer a voz do oprimido; 2) Reconhecer a história de opressão; 3) Recompôr a narrativa do oprimido, diferenciando-a da voz do opressor; e 4) Encontrar a autonomia da voz de libertação. No contexto da decolonização do autismo na educação básica, entendemos que o primeiro passo é reconhecer as vozes de pessoas autistas, historicamente silenciadas e marginalizadas, validando suas experiências individuais e coletivas como pilares para a construção do conhecimento e das práticas pedagógicas. Essa etapa é crucial para desconstruir a narrativa dominante que frequentemente retrata o autismo sob uma perspectiva neurotípica e reforça estereótipos médicos.

Ao reconhecermos a história de opressão das pessoas autistas, podemos compreender as raízes estruturais da exclusão e da segregação, o que nos leva a promover uma análise crítica das práticas educacionais e políticas que perpetuam a marginalização. Recompôr a narrativa do autista implica em diferenciar, de forma clara e ativa, suas experiências, necessidades e perspectivas daquelas impostas por perspectivas neurotípicas dominantes, permitindo que sua narrativa seja ouvida e compreendida em seus próprios termos.

Em seguida, a busca pela autonomia da voz de libertação se conecta ao empoderamento de autistas como agentes ativos em sua educação, visando uma transformação em que suas escolhas e decisões sejam respeitadas e implementadas. Assim, a decolonização se manifesta por meio de ações contínuas que promovem a equidade e o respeito à diversidade neurocognitiva na educação básica.

Construindo caminhos para uma educação decolonial

Vinculando a pedagogia libertadora à educação básica, temos como princípio fundamental reconhecer e valorizar a forma singular de comunicação e expressão de cada pessoa com deficiência e neurodivergente. Desta forma, apontamos o entendimento dos contextos e interseccionalidade como caminhos importantes para entendimento das estruturas sociais e históricas que marginalizam e silenciam autistas, reconhecendo suas histórias de opressão.

Entendemos que é fundamental abrir espaço para que autistas compartilhem suas próprias histórias e perspectivas, reconstruindo a narrativa a partir de suas vivências. Então, a decolonização buscará empoderar pessoas com deficiência e neurodivergentes para que se expressem livremente e ocupem seu espaço na sociedade, encontrando autonomia em suas vozes. Essas práticas libertadoras, que visam a compreensão da opressão, a reconstrução da narrativa, a superação da marginalização e a construção da autonomia, são princípios fundamentais para a decolonização.

As etapas propostas por Nicolau (2023) devem ser aplicadas desde a educação básica, desde a infância até a terceira idade em todo o espaço educacional e comunitário. Com isso, adicionamos a importância do paradigma da neurodiversidade ao entender como o protagonismo autista é essencial para decolonizar espaços. Elencamos que é necessário oferecer espaços onde as experiências dos estudantes autistas sejam validadas. Isso inclui incentivar, em sala de aula, discussões que reconheçam e acolham as perspectivas de estudantes de diferentes contextos e vivências de opressão. Nesse sentido, os professores podem utilizar práticas pedagógicas inclusivas que promovam a equidade e a representatividade autista.

Reconhecemos que é crucial que o currículo e os materiais didáticos abordem a história e as consequências da opressão social e cultural. Isso significa ensinar sobre injustiças históricas, movimentos de resistência e lutas sociais de forma compreensível para estudantes da educação básica, incentivando o pensamento crítico e a consciência social.

Por este caminho, salientamos que professores devem estar alinhados e incorporados ao modelo social da deficiência e o paradigma da neurodiversidade (Walker, 2021), para que possam auxiliar na reconstrução das narrativas autistas para sua emancipação. Projetos em sala de aula que incentivem a autoexpressão e a investigação pessoal podem ser especialmente úteis nesse aspecto. A educação deve capacitar toda a comunidade para que autistas sejam reconhecidos como pessoas com deficiência, pois vincula ao reconhecimento de suas barreiras sociais. Isso pode ser

realizado por meio do desenvolvimento de habilidades de comunicação e pensamento crítico, bem como através de projetos e atividades que promovam a responsabilidade social e a ação cidadã.

Conectar a educação básica à emancipação social e à libertação facilita a compreensão das barreiras sociais que impedem a decolonização e a inclusão de autistas e de outras populações marginalizadas. Embora o sistema educacional, muitas vezes, reproduza as lógicas do conhecimento neoliberal (Gesser; Moraes, 2023), a decolonização se torna possível ao se incentivarem currículos que promovam aprendizagens baseadas em projetos de inclusão e acessibilidade, voltados para a resolução de problemas reais das comunidades (a exemplo da fadiga de acesso). Ademais, é essencial que esses sistemas valorizem a educação como um processo de crescimento coletivo, em subversão à ênfase em testes padronizados e individuais, e que desenvolvam parcerias com organizações comunitárias para criar programas que atendam às necessidades da população autista.

Ao pensarmos em uma educação socialmente engajada, encontramos em comunidades decoloniais históricas, como quilombos e tribos indígenas, exemplos de resistência contra a opressão. Inspirando-nos nesse conceito, a construção de comunidade dentro da educação básica se torna importante por sua postura anticapacitista, combatendo a discriminação e a opressão social que pessoas com deficiência sofrem. A comunidade se configura como uma postura anticapacitista, anticapitalista e antineoliberal, pois atuar e conviver em comunidade implica compartilhar experiências, histórias e práticas que reflitam as diferentes realidades e vivências (hooks, 2021), promovendo uma troca entre autistas, professores, colegas, coordenadores, pais e demais membros da comunidade escolar.

Dessa forma, é possível implementar um ambiente acessível e inclusivo, garantindo que todos os estudantes, com ou sem deficiência, neurodivergentes e neurotípicos, tenham acesso às mesmas oportunidades de aprendizagem.

A decolonização do autismo na educação

Ao abordarmos a decolonização na educação básica, conectamo-nos diretamente ao movimento da neurodiversidade, que defende a existência de uma pluralidade de cérebros (neurodiversos) como parte intrínseca da diversidade humana (Walker, 2021). A decolonização se entrelaça com a neurodiversidade ao reconhecer que não existe um

único padrão cerebral dominante, mas sim, uma gama de neurotipos, incluindo aqueles que divergem da neurotipicidade normativa (neurodivergentes).

Compreender a diversidade de cérebros existentes é crucial para reconhecer os desafios enfrentados pelas pessoas autistas no sistema educacional. Essa compreensão possibilita a reorganização, reestruturação e reprogramação do sistema, visando a inclusão e a decolonização. Algumas medidas importantes são: oferecer formações contínuas sobre práticas inclusivas e diferenciadas para professores e funcionários; utilizar tecnologia assistiva para atender às necessidades de alunos com deficiência; fornecer recursos adicionais para escolas em comunidades carentes, assegurando equipamentos e materiais didáticos adequados; e implementar programas de auxílio para estudantes que enfrentam barreiras econômicas que afetam sua educação, como programas de alimentação, transporte e bolsas de estudo.

Essas práticas podem estimular o empoderamento e o protagonismo de pessoas marginalizadas, incluindo as autistas, para que pensem criticamente sobre o sistema capitalista e capacitista e que tenham condições de estarem no ambiente escolar. Entende-se protagonismo autista como o movimento de autoria de autistas sobre o autismo, o qual influencia a aceitação, o acesso a apoio, a garantia de atendimento às suas necessidades e o respeito à sua identidade (Nicolau; Assis, 2023). Para que o protagonismo e a consequente construção da autonomia ocorram na educação básica, na prática e por meio das quatro partes da comunicação libertadora, é preciso dar espaço para que as compreensões sobre autismo também venham de autistas.

O empoderamento é um processo coletivo (Berth, 2019) que requer uma união de forças entre diferentes movimentos para que se possa vislumbrar um futuro em que o autismo seja incluído na sociedade. Imaginar e almejar um futuro autista é trilhar um caminho anticapacitista (Kafer, 2013; Nicolau; Gesser, 2024), que promova, por meio de uma educação libertadora, a ética do cuidado e a eliminação de barreiras que impedem o acesso de autistas à educação básica. É fundamental reconhecer que a educação básica abrange desde a infância até a vida adulta, incluindo também os idosos autistas, o que exige considerar as diversas realidades e promover a inclusão e a acessibilidade de acordo com cada contexto.

A realidade das pessoas autistas perpassa os campos da deficiência e da neurodiversidade. Por se tratar de uma neurodivergência que se enquadra em ambos os campos, surge a necessidade de ampliar o conhecimento sobre o tema por meio da criação de unidades curriculares específicas sobre deficiência e neurodiversidade.

É importante destacar que os desafios são consideráveis, pois transformar estruturas sistêmicas e práticas tradicionais arraigadas exige tempo e empenho coletivo. A resistência pode partir de políticas educacionais que privilegiam abordagens tradicionais ou até mesmo do corpo docente, discente, familiares e outros, que podem inicialmente resistir às mudanças.

Sendo assim, a comunicação eficaz, a disponibilidade de recursos adequados, a formação e o desenvolvimento profissional contínuo, bem como a colaboração entre as partes interessadas, são essenciais para aleijar esses obstáculos. Além disso, é crucial capacitar os professores para que adotem práticas pedagógicas inclusivas e desenvolvam materiais didáticos que reflitam a diversidade neurocognitiva.

Compreender a neurodiversidade permite oferecer suporte adequado às necessidades dos estudantes autistas, fomentando a ética do cuidado e garantindo que todos tenham oportunidades iguais de inclusão no sistema educacional. Ademais, é fundamental manter um compromisso constante com a autorreflexão crítica e a adaptação das práticas de ensino, alinhando os valores educacionais aos princípios de uma comunicação e educação libertadoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo contribui para a crescente literatura que busca repensar e reestruturar as práticas sociais e educativas no contexto do autismo, enfatizando a urgência de uma abordagem que priorize a decolonização e a inclusão. Ao evidenciar as consequências da colonização do autismo, demonstramos como as dinâmicas de poder, historicamente enraizadas e frequentemente inconscientes, marginalizam e oprimem indivíduos autistas, distorcendo suas experiências e narrativas em favor de perspectivas neurotípicas dominantes.

Reconhecemos o papel crucial da educação básica na formação de atitudes e compreensões sobre a neurodiversidade. Nesse sentido, conclamamos educadores, administradores e formuladores de políticas a questionarem como as práticas atuais podem ser transformadas para promover a inclusão e o respeito pela autonomia dos autistas. A pesquisa destaca a necessidade de uma reformulação curricular que encoraje a participação autista, a revisão de estratégias pedagógicas e a construção de ambientes de aprendizagem que celebrem as diferenças.

Além disso, este trabalho reforça a importância de reconhecer e combater o silenciamento das vozes autistas nos debates sobre autismo. O princípio "Nada sobre

nós, sem nós" deve direcionar as pesquisas e práticas nesse campo, fomentando estratégias de inclusão impulsionadas pela comunidade autista e o aprendizado recíproco entre autistas e não autistas.

Embora reconheçamos a necessidade de mais pesquisas e práticas colaborativas voltadas para a inclusão e a defesa dos direitos dos autistas, celebramos as mudanças positivas que uma abordagem informada pela comunidade pode gerar. A luta pela decolonização do autismo deve ser incessante, pois cada passo em direção à inclusão e ao reconhecimento autista enriquece a sociedade como um todo.

Acreditamos que a mudança significativa virá por meio de um esforço coletivo e da implementação de práticas reflexivas que reconheçam e integrem a perspectiva autista em todas as esferas da vida social. Para construir um futuro onde a neurodiversidade seja genuinamente valorizada, é fundamental criar espaços de diálogo inclusivos, desenvolver políticas públicas abrangentes e garantir que as práticas direcionadas às pessoas autistas tenham como objetivo central o bem-estar e o respeito às suas características.

As considerações finais deste estudo convocam um compromisso contínuo com a pesquisa participativa, com metodologias interpretativas que valorizem as experiências vividas e com a construção de conhecimento emancipatório e colaborativo. Defendemos uma prática educacional e social alinhada não apenas às necessidades, mas também aos desejos e aspirações da comunidade autista.

A decolonização do autismo é um processo progressivo que exige a desconstrução de preconceitos arraigados e a ampliação da nossa capacidade de escuta e ação. Conscientes da complexidade dessa tarefa, este artigo é um convite à reflexão e à ação por uma sociedade mais inclusiva, fortalecida pela diversidade. Em essência, a decolonização do autismo é um caminho rumo à inclusão, onde a neurodiversidade é celebrada como parte indissociável da existência humana e cada indivíduo é reconhecido como ser integral e digno de respeito.

REFERÊNCIAS

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, N. 11. P. 89-117, 2013.

BERTH, J. **Empoderamento**. Editora Jandaíra, 2019.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de Dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.** Diário Oficial da União, Brasília, Distrito Federal, 2012. Disponível em : <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm>. Acesso em 12 mai. 2024.

CURIEL, O.. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: Buarque de Hollanda, Heloisa; et al. (Orgs.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 120-138.

DINIZ, D. **O que é deficiência?** Coleção primeiros passos. Brasiliense, 2007.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade.** 1 ed. Paz e Terra, 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 17a. ed. Paz e Terra, 1987.

GESSER, M.; BLOCK, P. Capacitismo. In: DIOGO, M. F. Diálogos interdisciplinares em Psicologia e Educação. **Pedro & João Editores**, P. 47-54, 2024.

GESSER, M.; MORAES, M. Ofensivas capacitistas e o medo de um planeta aleijado: desafios para o ativismo deficã. **Athenea Digital**, V. 23, P. 1-20, 2023. <https://doi.org/10.5565/rev/athenea.3310>

hooks, b. **Ensinando Comunidade:** uma pedagogia da esperança. Editora Elefante, 2021.

hooks, b. **Ensinando a Transgredir:** A educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. WMF Martins Fontes, 2013.

KAFER, A. Feminist, Queer, Crip. **Indiana University Press**, 2013.

KITTAY, E. F. The ethics of care, dependence, and disability. **Ratio Juris**, V. 24, N. 1, P. 49–58, 2011. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9337.2010.00473.x>

LANE. S. **O que é psicologia social.** Coleção primeiros passos. Brasiliense, 2006.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/3675>, Acesso em 10 mai. 2024.

NICOLAU, G.; GESSER, M. Futuros Imaginados: É tempo dos estudos da deficiência e de um futuro para os aleijados. Aula magna em NED - Núcleo de Estudos da Deficiência. UFSC. Realizada em 10 mai. 2024.

NICOLAU, G. Fadiga de Acesso e Acesso Coletivo. Aula magna em LEDI - Laboratório de Educação Inclusiva. UDESC. Realizada em 03 mai. 2024.

NICOLAU, G. Colonizações da Comunicação com Deficiências Não-Aparentes. **I Seminário Internacional em Pesquisas e Práticas em Estudos da Deficiência:**

Caminhos para a Emancipação Defiça: Mesa redonda - Acessibilidade e práticas de cuidado com as pessoas neurodivergentes. UFSC, 2023. Disponível em: <<https://youtu.be/i0QWWA8B-ro>>. Acesso em 12 mai. 2024.

NICOLAU, G.; ASSIS, P. A decolonização do autismo a partir do protagonismo autista. **Revista Mundaú**, N. 13, P. 63–86, 2023. <https://doi.org/10.28998/rm.2023.13.14020>

NICOLAU, G.; ASSIS, P. Psicólogos Autistas: um Retrato Falado. **Retratos Defiças**, 2022. Disponível em: <<https://www.retratosdefiças.com/giovanna-pablo>>. Acesso em: 12 mai. 2024.

SANTOS, A. B. dos. **Colonização, Quilombo: modos e significados.** INCTI; UnB; INCT; CNPq; MCTI, 2015.

WALKER, N. **Neuroqueer Heresies: notes on the neurodiversity paradigm, autistic empowerment, and postnormal possibilities.** Autonomous Press, 2021.